# A cultura corporal de movimento no documento curricular para a educação física da rede de ensino do estado do Mato Grosso (2010)

The body culture of movement in the curriculum document for the physical education of the educational network of the state of Mato Grosso (2010)

Christiane Caetano Martins Fernandes[1]
Fabiany de Cássia Tavares Silva[2]

**Palavras-Chave:** Currículo. Educação básica. Educação física

**Linha Temática:** Desenvolvimento Curricular

Este estudo faz parte do programa de pesquisas do/no Grupo de Estudos e Pesquisas Observatório de Cultura Escolar (OCE), que toma como objetos e fontes de estudos os documentos curriculares[3]. Diante disso, analisamos o documento curricular denominado *Orientações Curriculares: Área de Linguagens-Educação Básica* (MATO GROSSO, 2010), na área de Educação Física, particularmente, a *Cultura Corporal de Movimento*, como fontes, que testemunham uma produção social dos sentidos, o que requer considerações acerca da polifonia, polissemia, contexto, concorrência discursiva e posicional, *habitus* e lugares de interlocuções.

No caso de Mato Grosso, esse documento insere-se no projeto de administração de Silval da Cunha Barbosa, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), no período de 2010 a 2014. Acresce-se a isso, que sua

[1] Acadêmica do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, christianecmfernandes@gmail.com
[2] Pós-Doutora, Docente, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, fabiany@uol.com.br
[3] De acordo com Silva (2011, p. 1) esses documentos são "[...] as publicações que orientam os processos de escolarização e escolaridade em âmbito nacional, regional e local, periodicamente, em intervalos regulares e irregulares, publicadas pelo Ministério da Educação e/ou Secretarias de Estado e Municipais da Educação".

elaboração deu-se pela/na ação dialógica entre a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT), o Centro de Formação dos Profissionais da Educação (CEFAPROS), assessorias pedagógicas, escolas, universidade, movimentos sociais e comunidade.

A EF nos documentos curriculares, de acordo com a LDB nº 9394/96, que regulamenta a Educação Brasileira, e da lei complementar nº 10.328 (BRASIL, 2001), passou a ser considerada componente curricular obrigatório[4] da educação básica, deixando assim, de ser apenas uma atividade à parte do processo educacional. Posteriormente, a Lei nº 10.793 (BRASIL, 2003), ao dar uma nova redação ao art. 26 § 3 da LDB em questão, estabeleceu que a EF deveria, também, ser integrada à proposta pedagógica da escola. Assim, a Educação Física, como componente curricular obrigatório na escola, "[...] responsável pela apreensão (no sentido de constatação, demonstração, compreensão e explicação) de uma dimensão da realidade social, na qual o aluno está inserido" (CASTELLANI FILHO, 1998, p. 53-54). Em face do exposto, ao deixar de ser considerada uma atividade que prioriza as destrezas motoras, passa a ser um componente curricular, que visa à formação do educando, por meio de conhecimentos específicos "organizados e sistematizados, devem proporcionar ao aluno uma reflexão acerca da dimensão da cultura e que, aliado a outros elementos dessa organização curricular, visa a contribuir com a formação cultural do aluno" (SOUZA JÚNIOR, 2001, p. 83).

A par disso, passamos a identificar e analisar os conhecimentos selecionados/prescritos para o ensino de EF nos anos finais do Ensino Fundamental, ancorados no pressuposto do reconhecimento de que tipo de aluno se quer formar, visto que "[...] um currículo busca precisamente modificar as pessoas que vão 'seguir' aquele currículo." (SILVA, 2013, p. 15, grifo do autor). E essa modificação ocorre a partir da apropriação do conhecimento, pois a cada um desses modelos de ser humano corresponderá um tipo de conhecimento, um tipo

[4] Exceção para os cursos no período noturno, em que a EF é facultativa (BRASIL, 1996).

de currículo. Além de uma questão de conhecimento, o currículo é também uma questão de identidade. Por fim, questionamos os documentos curriculares como prática de significados distintos e multirreferenciados, concebidos a partir de um processo que admite uma lógica de desconstrução dos discursos, mas, cientes de que nem sempre aquilo que está prescrito é aprendido e, o que se planeja é, necessariamente, o que acontece.

## Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. **Lei nº 10.328** de 12 de dezembro de 2001.

_____. **Lei nº 10.793,** de 1 de dezembro de 2003.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Política educacional e educação física**. Campinas: Autores Associados,1998.

MATO GROSSO. Secretaria Estadual de Educação. **Orientações Curriculares: Área de Linguagens: Educação Básica**, 2010.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Possibilidades e limites no/do estudo comparado de documentos curriculares: a construção da história curricular no campo da educação especial (1979 e 1999). **Anais** - VI Congresso Brasileiro da História da Educação, 2011. Disponível em:<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/res/trab_1000.htm.> Acesso em: 15 de jun de 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu. da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SOUZA JÚNIOR. O saber e o fazer pedagógicos da Educação Física na cultura escolar. In: CAPARRÓZ, Francisco Eduardo (org.). Educação Física Escolar: política, investigação e intervenção. vol. 1. Vitória: **PROTEORIA**, p. 81-92. 2001.